

Apresentação

Como pensar as possibilidades do conhecimento, e a conseqüente tradução dos fenômenos a partir de instrumentos teórico-metodológicos que não enveredem pelos caminhos da interdisciplinaridade? Ou melhor, como pensar diferentes questões colocadas sobre o continente africano, e suas representações, sem lançar mão do repertório conceitual de áreas distintas do conhecimento? Trilhar este caminho não é novidade para muitos, e aqui poderia citar renomados estudiosos, a exemplo de Michel de Certeau, grande historiador que fez uso de discussões que muitas vezes estabelecia o diálogo entre a História e outras áreas do conhecimento. Também poderia recorrer aos Annales, e insistir nas já conhecidas afirmações de que foram eles os iniciadores dos trânsitos e diálogos interdisciplinares no campo da História. E por falar em trânsitos, também poderia ficar no cômodo lugar comum da tese de que os Estudos Culturais construíram (ou criaram!) novas respostas a partir de discussões interdisciplinares.

Entretanto, e esta é a questão central desta breve reflexão, por que não mostrar que a interdisciplinaridade já se fazia presente nas discussões encetadas por historiadores e homens de letras do continente africano, a exemplo de Joseph Ki-Zerbo, Théophile Obenga, Cheikh Anta Diop, dentre outros? Aliás, em se tratando apenas destes exemplos, aqui eu poderia mostrar o quanto há de erudição nos trabalhos destes ilustres senhores, que ao seu modo lançaram pesquisas de caráter interdisciplinar, como forma de responder diferentes questões sobre o passado (e por que não) e o presente do continente africano.

Uma simples consulta aos trabalhos de Cheik Anta Diop, por exemplo, será suficiente para mostrar como este genial estudio-

so lançou mão de diferentes recursos para responder indagações sobre a civilização egípcia, e a própria origem da humanidade. Nesta mesma esteira, Obenga mostrou como a lingüística, associada à Arqueologia e a História poderia mostrar os liames civilizacionais do Egito antigo com as demais civilizações à época contemporâneas, situadas no que é hoje nomeado por África.

Eis a questão evocada neste número: diferentes recursos para entender fenômenos diretamente associados ao continente africano, ou suas representações, no caso, aspectos diversos da escravidão, outrora existente no que hoje chamamos por Brasil.

O primeiro artigo deste volume, assinado pelo promissor historiador Felipe Paiva, traz excelente discussão sobre o conceito de raça, presente nos textos e discursos de Amílcar Cabral. Não se pode desprezar a importância deste debate, ainda mais quando se observa interessante movimento de rediscussão deste conceito entre os intelectuais africanos da contemporaneidade, principalmente nos trabalhos de Achille Mbembe. Creio que este será um promissor caminho para futuros estudos, que certamente nos mostrarão novas certezas, desconstruindo outras há muito cristalizadas.

Não menos instigante é o segundo artigo, assinado por Mahfouz Ag Adnane, outro promissor historiador vindo do Mali. Em suas linhas percebemos como um dos líderes independentistas do continente africano, no caso, Modibo Keita, não dispôs de habilidade suficiente para tratar dos conflitos no nascente Mali pós-independência. Aliás, para aqueles que pensam a África como uma homogeneidade, talvez o artigo de Mahfouz seja suficiente para mostrar que este é um discurso que não possui efetividade plena no continente africano.

E por falar em certezas e homogeneidades, lançando mão da interdisciplinaridade, Regine Kauffmann nos brinda com excelente discussão sobre as relações de gênero, a partir da música e da dança em Moçambique e no Malawi. E aqui também deixo a instigante metáfora para os que vêm a África como um “lugar idílico” destituído de conflitos e tensões. Regine nos mostra, a partir de excelente pesquisa de campo pautada na Etnomusicologia, como as mulheres de diferentes grupos constroem relações de gênero, desfazendo papéis ditos tradicionais em alguns momentos.

Na sequência, Kwasi Konadu nos mostra como os akans conseguiram construir sociedades destituídas de escravos, contemporâneas aos regimes escravagistas do “novo mundo”. Estas sociedades, que adquiriram formatos em que resistência e liberdade se imiscuíam, foram marcadas por práticas e costumes trazidos pelos akans, que dispuseram de plena capacidade de ressignificá-los e adaptá-los aos contextos vividos do outro lado do Atlântico.

E por falar do outro lado, que neste caso é exatamente por estas bandas, Mércia Assis nos brinda com um excelente ensaio sobre “O Espírito da Selva”, narrativa fílmica que não teve grande repercussão no Brasil, mas que lançou mão de velhos clichês típicos para explicar o continente africano, a exemplo da ideia dos povos primitivos, selvagens e destituídos de valores civilizatórios. Mércia Assis, neste ínterim, mostra, a partir da análise de um filme, como uma assistente social pode interagir com cientistas sociais e historiadores, para entender os motivos que levam o grande público a pensar nos povos do continente africano sob grosseiras representações, fortemente baseadas em estereótipos.

Saindo do cinema, e desembarcando em terras brasileiras, Uerisleda Moreira nos

proporciona imensa felicidade com outro belo trabalho, desta vez sobre homens e mulheres do continente africano vivendo em terras caravelenses, ou baianas, por assim dizer. O trabalho desta historiadora mostra como estes africanos, mesmo na condição de escravos, foram protagonistas de suas histórias, lançando mão de vários recursos disponíveis para garantir laços de compadrio, certamente com o intuito de mitigar as agruras de situações não muito favoráveis.

E por falar em contextos desfavoráveis, o artigo de Gisely Barreto tem o mérito de mostrar como alguns escravos se apropriaram de recursos existentes na sociedade em que viveram para lutar pela liberdade. Recorrer ao arbitramento como forma de garantir a alforria é uma das provas de que a nova historiografia há muito rompeu com os velhos esquemas teóricos estruturalistas que coisificavam os escravos, transformando-os em autômatos destituídos de vontades e protagonismos.

E por falar em protagonismo, creio que o artigo escrito a quatro mãos pelos excelentes e geniais estudiosos Moiseis Sampaio e Jackson Ferreira é suficiente para mostrar que no Brasil as relações entre escravos e senhores não foram constituídas da mesma forma que nos EUA. E isto não basta para mostrar que se houve escravidão, racismos e discriminações para os descendentes daqueles que outrora viveram situações de cativo no Brasil, também houve mobilidade social e contextos inimagináveis para aqueles acostumados com os binarismos típicos de alguns trabalhos que insistem em trilhar o caminho do bem e do mal, como se assim fosse possível desvendar os fenômenos existentes na sociedade brasileira. Coquí, alcunha do coronel pesquisado pelos ditos estudiosos, acumulou significativa fortuna em sua época. E se isso não bastar, creio que

declarar ter sido este homem um coronel negro é suficiente para que o leitor se interesse mais por este instigante assunto. Como diria Bordieu, é preciso pensar e sopesar nos usos das categorias advindas das ciências sociais norte-americanas. Será que elas são suficientes e adequadas para responder questões da sociedade brasileira?

Por fim, e ainda em terras baianas, Cecília Soares nos traz questões em torno da memória, e de como esta se constitui nas comunidades ditas afro, a partir dos usos existentes nos terreiros religiosos. Tomando um terreiro de candomblé como locus, a autora apresenta algumas reflexões sobre memória, identidade e territorialidade. Creio que isto por si só basta para que o leitor e a lei-

tora enveredem por estas letras muito bem escritas.

E enfim, o que mais declarar? Bem, apenas desejar uma boa leitura e renovar os votos da interdisciplinaridade como excelente recurso para pensar e responder questões diversas sobre o continente africano e suas representações, bem como elementos em torno da história dos escravos e negros na Bahia de Todos os Santos. Eis o nosso propósito: brindar o leitor e a leitora com excelentes artigos. Que assim seja sempre. E o convite foi lançado: ao leitor e a leitora, uma boa leitura!

Ivaldo Marciano de França Lima.
Editor da revista África(s).